



Ministério da Saúde  
**FIOCRUZ**  
Fundação Oswaldo Cruz



**MINISTÉRIO DA SAÚDE**  
**GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA E PESQUISA EM SAÚDE – ESCOLA GHC**  
**FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ – FIOCRUZ**  
**INSTITUTO DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E**  
**TECNOLÓGICA EM SAÚDE - ICICT**

**ENVELHECIMENTO E FOTOGRAFIA: UM ESTUDO DE**  
**TRAJETÓRIAS**

**FELIPE VIANA CARDINAL**

**ORIENTADOR: DRA. LUCIANA BARCELLOS TEIXEIRA**  
**CO-ORIENTADOR: ME. LUIZ HENRIQUE ALVES DA SILVEIRA**

**PORTO ALEGRE**

**2012**



Ministério da  
Saúde



FELIPE VIANA CARDINAL

**ENVELHECIMENTO E FOTOGRAFIA: UM ESTUDO DE TRAJETÓRIAS**

Projeto de Pesquisa apresentado ao Curso de Especialização em Informação Científica e Tecnológica em Saúde - Lato Sensu – do Grupo Hospitalar Conceição em parceria com o Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz como requisito parcial para obtenção do título de Especialista.

Orientadora: Dra. Luciana Barcellos Teixeira.

Co-Orientador: Me. Luiz Henrique Alves da Silveira

**PORTO ALEGRE  
2012.**

## RESUMO

Dialogar sobre passado, presente e futuro. Esta é uma das premissas deste trabalho, que através da análise da trajetória por meio da fotografia, potencializa o olhar dos idosos a respeito do seu processo de envelhecimento. Nesse sentido, o presente trabalho busca compreender como os idosos percebem a sua própria realidade social; como constroem suas relações de amizade, familiares e dentre outras relações; como desenvolvem laços de pertencimento na comunidade e cidade onde vivem, enfatizando seus aspectos sociais, históricos e culturais. Trata-se de um projeto exploratório, com abordagem qualitativa, que pretende dar maior visibilidade à questão do envelhecimento saudável, humano, digno e ativo, através de encontros temáticos, que tem por finalidade possibilitar aos participantes falarem sobre suas vidas com o auxílio da fotografia como recurso, em um Centro de Referência de Assistência Social, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. Os resultados produzidos serão usados para fins de documentário e exposição fotográfica, divulgando e discutindo em vários espaços públicos da importância do envelhecimento saudável.

Palavras-chave: envelhecimento; fotografia; trajetória de vida.

## **ABSTRACT**

To dialogue about the past, present and the future. It's one premise of this work, that through analysis of trajectory by means of photograph, to emphasize the old looks about their old age process. In this intention, this present work to search understand how the old to perceive to their social realities, how they their friendship, familiarity and among another's affinities, how building ties of concern in the community and city where they living, to have emphasizing yours social, historical and cultural aspects. It's an exploratory project, with qualitative approach, whose pretends to give the most visibility the question of the old healthy, affable, estimable and active, over thematic meetings, that to have to enable to the participating speaks about their lives with the photograph like resource, at Social Assistance Reference Center, at Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. The results that has been produced they are using for finality of documentary and photograph exposition, to have publishing and arguing the several public spaces about old age healthy importance.

Keywords: Old age; photograph; trajectory of life.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>2. OBJETIVOS.....</b>	<b>8</b>
2.1 OBJETIVO GERAL.....	8
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	8
<b>3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>9</b>
3.1. ASSISTÊNCIASOCIAL.....	9
3.2. O CRAS – BREVE IDENTIFICAÇÃO.....	13
3.3. SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA IDOSOS.....	14
3.4. O SABER PSI NA ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	15
3.5. ENVELHECIMENTO: POLÍTICA VOZ NA MILITÂNCIA POR DIREITOS.....	17
3.6. FOTOGRAFIA: OLHARES DE UM FOCO.....	21
<b>4. METODOLOGIA.....</b>	<b>24</b>
4.1. TIPO DE ESTUDO.....	24
4.2. LOCAL DO ESTUDO.....	24
4.3. AMOSTRAGEM.....	25
4.4 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS.....	25
4.5. TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS.....	26
4.6. ASPECTOS ÉTICOS.....	26
4.7. PLANEJAMENTO OPERACIONAL.....	26
4.8. CRONOGRAMA.....	27
4.9. ORÇAMENTO.....	28
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>29</b>
<b>APÊNDICE A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....</b>	<b>33</b>
<b>APÊNDICE B: FICHA DE INSCRIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO.....</b>	<b>35</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Quando se fala em envelhecimento, procuram-se várias maneiras para denominar uma fase tão singular do desenvolvimento humano: idoso, velho, terceira idade, melhor idade, dentre outras. Mas o que se questiona quando se usa tais definições? Afinal, que tempo é esse, que se confunde com tantos outros tempos, em uma cultura de ideais capitalistas e neoliberais, de uma *liquidez* (BAUMAN, 1998), onde não basta simplesmente ser, estar e/ou existir, considerando todas as exigências da sociedade em ser útil e rentável para a sustentabilidade de todo um sistema?

Vivemos em uma época onde o desejo e a necessidade de se manter ativos e úteis se tornam vigentes na manutenção da vivência e existência nos grandes centros urbanos. Além de estar de acordo com a *ordem de discurso* vigente pelos ditames culturais, é necessária a plena e a constante corrida em busca da utilidade e pela beneficência, capazes de fomentar e multiplicar riquezas e bens de consumo (BIRMAN, 2001).

Gradativamente, com esse frenesi, mobilizado principalmente pela cultura da informação, a luta por direitos humanos baseados na pessoa, na dignidade, na livre expressão, na autonomia de ir e vir, gradativamente perde espaço para o questionamento e para as relações entre as pessoas. Um prato de comida, serviços de saúde, de assistência, de educação, de habitação, condições acessíveis de trabalho e inclusão produtiva que se preocupam e atendam as demandas da população estão cada vez mais distantes da realidade da grande maioria da população. O Estado está perdendo força nas relações de poder entre os sujeitos, os indivíduos, a população e sociedade, considerando as suas responsabilidades na promoção e na garantia desta gama de direitos e deveres (BEDIN, 2000).

Nesse contexto está posta a imagem do idoso. Figura ruidosa que tenciona certos padrões culturais de beleza, jovialidade, mesclados à produtividade e ao acúmulo de bens e riquezas. Como *condição humana* (ARENDT, 2007), nas suas diversas facetas e interfaces o envelhecimento humano contrasta com outras etapas da vida, se entrelaçando aos ditames culturais, nessa voracidade de olhares e pensamentos que possibilitam a mudança do meio sócio-histórico-cultural (CORREA, 2009).

Para isso, serão realizados encontros temáticos (no total de oito), definidos previamente, e que corresponderão a uma fase específica da vida dos participantes, com a finalidade de que

os idosos possam em cada encontro abordar e refletir sobre estes momentos de suas vidas, constituindo posteriormente um estudo de trajetórias, considerando que este método:

[...] busca compreender o desenvolvimento da vida do sujeito investigado e traçar com ele uma biografia que descreva sua trajetória até o momento atual. [...] Pode, além de recuperar as experiências dos indivíduos, recolher suas crenças, mitos, tradições, o que permite o melhor entendimento da própria história e trajetória dos informantes (VÍCTORIA; KNAUTH; HASSEN, 2000, P. 67).

Com a finalidade de desconstruir e desmistificar a questão da representação social que o envelhecimento abarca, pretende-se abordar no grupo de idosos, algumas questões referentes à identidade, autonomia, consciência crítica, política dos integrantes deste espaço, problematizando seus anseios, suas qualidades, virtudes, limites, desejos, dentre tantos outros sentimentos e olhares, fazendo um paralelo para outras associações possíveis e plausíveis com relação à sua comunidade e cidade (SABOYA, 2010)<sup>1</sup>.

A fotografia é um importante dispositivo para este estudo, pois permite na análise de trajetória a transição das memórias, histórias, experiências, sentimentos, afetos, considerações, de tempos que dialogam e constituem uma rede de saberes-fazer em prol da vida de uma pessoa, constituindo subjetividades.

[...] devemos considerar que a imagem não representa a realidade plasmada em uma superfície amorfa, mas que é constituída e produzida pela realidade social, que é mediadora entre o sujeito que a produz e aquele a quem se destina, logo, neste texto a imagem é considerada como um artefato cultural. Como artefato cultural, ainda que não seja o real, apresenta, representa ou reapresenta o mundo, tornando presente aquilo ou alguém que está ausente. A imagem, especialmente a fotografia, tem o poder de trazer de volta o ausente, o distante, de materializar aos olhos o que não está materialmente ao alcance das mãos. (WELLER; BASSALO, 2011, P. 286)<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Disponível em: <http://urbanidades.arq.br/2008/03/kevin-lynch-e-a-imagem-da-cidade> Acesso em: 14 de outubro de 2010.

<sup>2</sup> Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/soc/v13n28/10.pdf>> Acesso em: 04 de janeiro de 2012.

## **2. OBJETIVOS**

### **2.1. OBJETIVO GERAL**

Dar visibilidade à questão do envelhecimento saudável, humano, digno, ativo e participativo, resgatando através da fotografia, a memória e a trajetória de vida dos idosos participantes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Idosos em um Centro de Referência da Assistência Social.

### **2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

Oferecer um espaço de questionamento e de livre expressão dos sentimentos, ideias, opiniões que os idosos têm a respeito das suas memórias enquanto trajetórias de vida.

Problematizar a importância destes espaços retratados e das interfaces que eles podem estabelecer com relação à figura do idoso.

Subsidiar a hipótese de que o tipo de atividade proposta poderá fortalecer os vínculos, identidades e autonomia dos idosos nas suas relações com a família, cultura, sociedade e política.

Reforçar o uso desta prática como espaço itinerante e nômade para promoção de lazer, envolvimento, comprometimento, saúde, qualidade de vida, democracia e cidadania.

Alertar as autoridades públicas, lideranças comunitárias, para que atentem para as questões suscitadas pelos idosos.



### 3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

#### 3.1. ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Brasil como país continental, de múltiplas culturas e várias facetas, caracterizado por ser de regime democrático, com uma política federativa, apresenta uma acentuada e considerável diferença nas características de seus habitantes: línguas, cores, raças, etnias, enfim, formas de ser e de se expressar que o define como um povo ímpar, particular em relação aos demais países, continentes e hemisférios. No entanto, muitas destas especificidades acabam impactando de uma maneira não tanto acalentadora e saudável aos olhos da população, principalmente quando diz respeito à distribuição de renda, ao grau de escolaridade e principalmente, aos níveis de miséria e vulnerabilidade com que algumas pessoas, ou a sua grande maioria, do meio rural e urbano, também muito presentes na realidade das grandes metrópoles (BRASIL, 2008).

A Constituição da República Brasileira, de 5 de outubro 1988, aborda no Título VIII – Da Ordem Social, Capítulo II – Da Seguridade Social, Seção IV – Da Assistência Social, Art. 203, sobre a necessidade e vigência da implantação de uma política de assistência social, que contemple justamente o auxílio daquelas pessoas mais desfavorecidas e vulneráveis, atentando para aquelas que necessitarem eventualmente ou não destes serviços, de caráter não contributivo, versando, o que segue:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes; III - a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. (BRASIL, 1988).

Com a criação de um sistema de seguridade que contemplasse a saúde, a previdência e a assistência social, descentralizando os interesses e atribuições da União, Estados e Municípios, respectivamente, a assistência social rumou para outros patamares, em razão das novas tendências da época, impulsionadas por um sistema capitalista crescente, pela excessiva valorização do trabalho intelectual sobre o manual, pela mobilização dos movimentos sociais

(lutas sindicais, feminismo, estudantil, associação de moradores de bairros, contra a ditadura, a repressão e a censura), “*Diretas Já*” (importante momento na busca por direitos de voto no país) em busca de direitos mais dignos, além do neoliberalismo e da globalização, que tornou de maneira abrangente e em tempo real o acesso às informações e ao conhecimento do que acontece no mundo (RUBBO, 2010).

Outro ponto importante, de acordo com Silva (1998), diz respeito à perda de autonomia do Estado na resolução e cuidado mais efetivo de questões de cunho essencial aos interesses da população, e pela considerável autonomia e pró-atividade do povo brasileiro, que gradativamente adotou uma postura de co-autor na construção de uma sociedade igualitária, íntegra, atuante pela luta, manutenção e preservação dos direitos individuais e coletivos das pessoas.

A partir deste contexto, é criada em 07 de dezembro de 1993, a Lei Orgânica da Assistência Social, n.º 8.742 – LOAS, que vem reforçar a proposta inicial da Política de Assistência Social sancionada na CF/88, reforçando alguns tópicos e exigências que não foram contempladas em sua versão original. Destacam-se a gestão e financiamento de projetos, ações e políticas voltadas ao cuidado das famílias, enfatizando nestas, as crianças, as mulheres, os idosos, as pessoas com deficiência (comprovado o grau de deficiência).

Considerando a família como célula *matter* da sociedade, a assistência social em sua breve história enquanto política pública foi mobilizada por intensas e polêmicas manifestações visando uma mudança de paradigma frente à posição ideológica do Estado, que não estava atentando para os direitos e garantias essenciais a vida de qualquer cidadão ou pessoa, principalmente para aqueles que, se encontram em situações de vulnerabilidade e risco eminente. Um processo apolítico, marginal, no sentido de não oficial, na sociedade brasileira, tomou forma, preconizado pelas reivindicações de movimentos sociais, organizações não governamentais, sindicatos, igrejas, associações comunitárias e de moradores, escolas, universidades, outras lideranças e entidades, em busca por direitos, chamando para si algumas destas responsabilidades a qual o poder vigente não estava determinado a resolver (YAZBEK, 2008).

Assim, a assistência social ganhou forma através destes movimentos e práticas não governamentais, entidades de caráter benemerente, sem um cunho técnico-científico que contemplasse de maneira efetiva o controle social, a criação e a gestão de espaços governamentais visando à prevenção, o enfrentamento e o combate às situações de

desigualdade, de miserabilidade, de pobreza, do respeito e da preservação dos direitos humanos, por mais esmero e força depositados. O que não deixa de ser uma marca importante na trajetória da assistência social enquanto política, de maneira que desencadeou o incentivo ao protagonismo e a participação da sociedade na tomada das decisões (OLIVEIRA, 2003).

Enfim, a LOAS, conforme o seu Art. 2º, do Capítulo I – Das definições e dos Objetivos (BRASIL, 1993) partiu de um questionamento mais criterioso e científico na criação e efetivação de objetivos mais consistentes com relação ao papel da assistência social, na garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos; na proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; na promoção da integração ao mercado de trabalho; na habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária, dentre outras ações sociais.

O SUAS, amparado pela LOAS, pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Resolução n.º 109, de 11 de novembro de 2009, pela PNAS, Resolução n.º 145, de 15 de outubro de 2004, alocado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, está intensificando as propostas do fazer da assistência social, consolidando em um trabalho caracterizado pela responsabilização do Estado, das organizações, movimentos sociais e organizações não governamentais e da comunidade em geral.

As ações e os serviços foram especificados conforme: o grau de vulnerabilidade das condições de vida das famílias e/ou seus respectivos, em Proteção Social Básica e Especial; o território, destacando o acesso da população na busca por seus direitos nos locais de maior incidência de vulnerabilidades; o trabalho centrado na família, considerando a matricialidade um ponto importante neste processo; a gestão compartilhada e descentralizada, em que União, Estados, Distrito Federal e Municípios tenham definidas de forma clara as suas competências técnico-políticas; reestruturando o processo de convênio entre as entidades, para o cofinanciamento das três esferas do governo (pisos de proteção básica e especial por meio de repasses fundo a fundo); o planejamento, a gestão, o monitoramento e avaliação geridos por sistemas de informação; tratando de uma ação continuada que enfatize educação permanente e capacitação dos recursos humanos na assistência social. (BRASIL, 2008).

Antes de se tornar uma política nas esferas do governo, a assistência social era abordada a partir de um aspecto ideológico-político, as ações não tinham uma consideração com questões técnico-científicas e de caráter contínuo, de maneira que diversas entidades e movimentos realizavam as suas ações a partir da sua especificidade, isto é, trabalhavam em

busca de direitos baseados em uma causa num determinado contexto, de maneira pontual, sem haver uma integração da realidade sócio-histórica e seus atravessamentos. Partia-se de um problema, uma questão local apenas que não estava contribuindo para uma maior explanação que vislumbrasse as desigualdades sociais e demandas da população, bem como as vulnerabilidades nos principais locais de incidência a fazer um trabalho desorientação, educação, planejamento, controle social (BRASIL, 2008).

O CRAS entrou em cena, como carro chefe desta nova concepção de fazer assistência, pois é o primeiro e principal acesso da população na prevenção e resolução das vulnerabilidades, para gradativamente propor uma proposta em busca da superação e o enfrentamento das vulnerabilidades, ofertando muito mais do que a mera beneficência, mas problematizado com e para as famílias e seus indivíduos, questões de importante cunho social, cultural e econômico, por meio de uma rede de segurança articulada com outras instâncias setoriais (educação, esporte, saúde, direitos humanos, lazer, inclusão produtiva, habitação, de acesso aos bens de consumo, etc.). Esta rede de segurança compreende em ações articuladas dinamicamente, sendo que a acolhida é:

[...] provida por meio da oferta pública de espaços e serviços adequados para a realização de ações de recepção, escuta profissional qualificada, informação, referência, concessão de benefícios, aquisições materiais, sociais e educativas. Supõe abordagem em territórios de incidência de situações de risco, bem como a oferta de uma rede de serviços e de locais de permanência de indivíduos e famílias sob curta, média ou longa duração. (BRASIL, Capacita SUAS, Vol 1, 2008, p. 46)

Agregam-se a acolhida, as seguranças: *social de renda*, caracterizada pela concessão de bolsas e auxílios financeiros sob a forma ou não de contratos e compromissos, ou mediante a prestação de benefícios continuados para cidadãos que se enquadram nos critérios da seguridade social, os cidadãos não contribuintes que possuam incapacidade para a vida independente e o trabalho; *de convívio*, que enfatiza a oferta de serviços destinados ao fortalecimento de vínculo geracional, intergeracional, familiar, enfim da comunidade e sociedade, englobando ações grupais, comunitárias rompendo com a cultura do público x privado, individual x coletivo, partindo para o social; *de desenvolvimento da autonomia*, que possibilitam aos indivíduos ou seus grupos na capacidade de exercitarem suas próprias escolhas, a fim de obterem sua independência, superando e enfrentando suas fragilidades e vulnerabilidades, potencializando aspectos que valorizem o protagonismo social e a cidadania; *de benefícios materiais ou em pecúnia*, tratando-se da concessão de benefícios

materiais eventuais para pessoas em situações de extremo risco, vulnerabilidade ou calamidade pública (BRASIL, 2008).

Em Porto Alegre, no dia 08 de agosto de 1995, foi regulamentada a Lei Complementar n.º 352, que dispõe sobre a política de assistência social e dá outras providências, gerida pela na época, FESC – Fundação de Educação Social e Comunitária, que conforme seu Art. 3º definindo a assistência social em termos de municipalização, como “[...] O conjunto das ações e serviços de assistência social, prestados por órgãos públicos e por organizações de assistência social sem fins lucrativos, constituem o Sistema Municipal de Assistência Social.” (PORTO ALEGRE, 1995).

### 3.2. O CRAS – BREVE IDENTIFICAÇÃO

O Centro de Referência da Assistência Social destaca-se pela sua centralidade “[...] na realização dos serviços, benefícios, programas e projetos, de caráter preventivo, voltados à garantia da proteção social básica de assistência social à população demandante” (MENDES; PRATES; & AGUINSKY, 2009, p. 90).

Localizados em áreas de maior vulnerabilidade social, os CRAS são equipamentos socioassistenciais que funcionam como unidades públicas estatais de base territorial. Eles atuam com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, a fim de orientá-los e possibilitar o fortalecimento destes vínculos (BRASIL, 2007, P. 5).

Em Porto Alegre, a gestão do CRAS é feita pela FASC – Fundação Assistência Social e Cidadania<sup>14</sup>, autarquia, possuindo fluxo próprio e descentralizado na alocação de recursos financeiros, materiais e de pessoal. A operacionalização dos programas no CRAS, gerido pela Proteção Social Básica, se dá através do PAIF – Serviço de Proteção Integral a Família, sendo que:

[...] atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando a orientação e o convívio sócio-familiar e comunitário. [...] o trabalho com famílias deve considerar novas referências para a compreensão dos diferentes arranjos familiares, superando o reconhecimento de um modelo único baseado na família nuclear, e partindo do suposto de que são funções básicas das famílias: prover a proteção e a socialização dos seus membros; constituir-se como referências morais, de vínculos afetivos e sociais; de identidade grupal, além de ser mediadora das

relações dos seus membros com outras instituições sociais e com o Estado. (BRASIL, 2004, P. 29).

De acordo com a NOB/SUAS/RH, Resolução n.º 1, de 25 de janeiro de 2007, nas cidades metropolitanas estão referenciadas ao CRAS 5.000 mil famílias, compondo a equipe 4 técnicos de ensino superior, dois assistentes sociais, um psicólogo e um profissional que compõe o SUAS e quatro técnicos do ensino médio.

Importante frisar que conforme esta resolução o coordenador deve “[...] ser um técnico de ensino superior, concursado, e com experiência em trabalhos comunitários e gestão de programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais” (BRASIL, 2007, p. 19).

O CRAS desenvolve parcerias com entidades conveniadas que realizam ações em creches, SASE (Serviço de Apoio Sócio-Educativo) e TE (Trabalho Educativo), além de acompanhar famílias que são beneficiadas em programas de transferência de renda (NASF - Núcleo de Apoio Sócio Familiar, PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e PBF – Programa Bolsa Família), em situação de vulnerabilidade e pobreza extrema, que buscam auxílio, a partir da busca espontânea ou por meio de outras políticas públicas, via encaminhamento e conscientização (saúde, educação, judiciário, dentre outras), trabalhando a prevenção, a superação das vulnerabilidades, a autonomia e o fortalecimento de vínculos das famílias e comunidades.

O CRAS atende diariamente indivíduos e famílias que estão em situação de vulnerabilidade social e pobreza extrema, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, de vínculos fragilizados, tanto de pertencimento comunitário, como também de qualquer outra espécie de degradação social, elegíveis nos programas de transferência de renda, Programa Bolsa Família, BPC e demais programas socioassistenciais.

No PAIF também são realizadas ações que enfatizam a convivência em Grupo, a socialização das pessoas e a troca de experiências. Estes são organizados por faixas etárias (*crianças, adolescentes, idosos*); por temas e finalidades (*Grupo de Desenvolvimento Familiar, Grupo de Convivência Familiar, Grupo Sócio Educativo*); ou por participação nos programas sociais de transferência de renda (*grupo de famílias beneficiadas pelos Programas PETI e NASF*). Cada grupo tem as suas especificidades quanto a metas, finalidades, duração, propostas e efetividade. (PORTO ALEGRE, 2010).

### 3.3. SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA IDOSOS

Nesta conjectura, a assistência social reconhece a importância do cuidado ao idoso, reivindicando a garantia e a prevalência de seus direitos e deveres. Por meio do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos se faz o resgate da autonomia, consciência crítica, da valorização dos vínculos entre os participantes, com e nas suas respectivas famílias, comunidade e com seu próprio processo de envelhecer. (BRASIL, 2008).

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009), o SCFV para idosos:

[...] tem por foco o desenvolvimento de atividades que contribuam no processo de envelhecimento saudável, no desenvolvimento da autonomia e de sociabilidades, no fortalecimento dos vínculos familiares e do convívio comunitário e na prevenção de situações de risco social. A intervenção social deve estar pautada nas características, interesses e demandas dessa faixa etária e considerar que a vivência em grupo, as experimentações artísticas, culturais, esportivas e de lazer e a valorização das experiências vividas constituem formas privilegiadas de expressão, interação e proteção social. Devem incluir vivências que valorizam suas experiências e que estimulem e potencializem a condição de escolher e decidir.

É feito um trabalho de grupo em que os participantes são estimulados e desafiados a construir um olhar crítico sobre um envelhecimento saudável, valorizando as relações sociais, familiares, comunitárias. O trabalho tem por meta, desenvolver nos idosos a capacidade de se reinventar a partir de novos projetos de vida, de acordo com o grau de vulnerabilidade, limites e potencialidades de cada participante. Estes, através de ações preventivas podem conseguir ser pró-ativos com relação a situações desgastantes, inibitórias, de risco, existentes no seu território ou riscos que compõe suas histórias de vida.

Outro ponto importante que cabe aqui ser destacado é que as discussões grupais além desburocratizarem a lógica e a ótica do atendimento individualizado no CRAS, permite a construção de vínculos para a convivência, o protagonismo, a identidade e união que a condição de ser idoso envolve. O espaço grupal permite que os idosos dividam as responsabilidades na execução das tarefas, enfatizando a troca de experiências, conhecimentos, de todo e qualquer diálogo e proposta que venha ao encontro de um envelhecimento saudável, humano, autônomo, considerando os seus limites e potencialidades.

Segundo Morin (2003, p. 55) “[...] a maior contribuição de conhecimento do século XX foi o conhecimento dos limites do conhecimento. A maior certeza que nos foi dada é a da indestrutibilidade das incertezas, não somente na ação, mas também no conhecimento.”

#### 3.4. O SABER PSI NA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Componente da equipe do CRAS, conforme regulamentado pela NOB- RHSUAS, o profissional da psicologia tem um papel fundamental na implantação e regulamentação das propostas atreladas ao fazer assistência social. Em conjunto com o assistente social, o psicólogo deve manter um olhar crítico frente a qualquer espécie de prática inibitória, estigmatizada, preconceituosa da pobreza e da miséria, pois possui na sua formação acadêmica a atenção, curiosidade, intenção de romper barreiras paternalistas e assistencialistas, da mera benemerência que pode resultar em separação, fragmentação, distanciamento das realidades e contextos sociais.

Evidentemente, a inclusão e inserção do profissional da psicologia na assistência social não se deram de forma harmoniosa como se imagina, por mais que existam similaridades na atuação no fazer e pensar a proposta desta política. Além das barreiras histórico-culturais decorrentes do segregacionismo exercido durante muito tempo na história de nosso país em torno de temas referentes à pobreza, a miséria e a desinformação que já denunciavam o descaso para com os indivíduos, famílias e comunidades em situação dependentes de serviços mais efetivos na resolução e redução da iminência destas condições de desigualdade, havia também um preconceito preconizado pelo próprio saber da psicologia, elitizada que tinha em suas atribuições o atendimento clínico, individualizado, estruturado, disciplinar.

[...] Com relação à Psicologia, por configurar-se em um novo serviço, houve, inicialmente, dificuldades na definição de quais demandas seriam atendidas. De transtornos psicológicos a problemas de aprendizagem, diversas queixas foram apresentadas tanto por parte das pessoas que buscavam o atendimento quanto pelos profissionais das mais diversas instituições. (COSTA & CARDOSO, 2005, P. 225).

Na medida em que os saberes ditos científicos começaram a se preocupar com questões locais e do cotidiano, outro patamar de intervenções se fez presente, indo ao encontro justamente destes contextos da esfera pública e da comunidade. Inevitavelmente a psicologia



foi profundamente envolvida por este viés social, dos guetos, da esfera da margem, do implícito, sendo possível criar estratégias para a identificação de questões que o próprio saber psi se apropriara e negligenciara, fazendo uso sem problematizar os reflexos produzidos nas suas relações com outras esferas, políticas e práticas (ANDRADE; ROMAGNOLIS, 2010).

A globalização, como um processo cultural e psicológico, propiciou a criação simultânea de novas comunidades virtuais e a reorganização de velhas comunidades de identidade e lugar. Permitiu o desafio e, às vezes, o dismantelamento de comunidades tradicionais e a construção de novos projetos e solidariedades ao redor do globo. Estas transformações mais recentes colocam novas questões à vida em comunidade e à sobrevivência de comunidades. Mas elas não conseguem erradicar a necessidade psicológica humana fundamental por comunidade. A globalização do mundo, paradoxalmente, recrudescerá identidades locais e indivíduos hoje continuam a procurar os laços de solidariedade e comunalidade que são constitutivos da vida em comunidade. (JOVCHELOVITCH, 2008, P. 131).

Esse processo de constante mudança arrebatou o comportamento e a vida das pessoas na sociedade. Os acessos às informações e ao conhecimento se deram de forma frenética e em tempo real. A *cibercultura*, segundo Levy (1999) possibilitou a facilidade da construção de novos arranjos sociais, mas conseqüentemente trouxe algumas implicações no contato diário das pessoas nas suas relações cotidianas. É nesse sentido que o saber da psicologia tem importância fundamental na política de assistência social, de maneira a estimular as famílias e indivíduos, neste caso os idosos, a refazerem suas relações de pertencimento, de identidade, sobre esse novo entendimento global, onde qualquer acontecimento influencia consideravelmente a vida das pessoas.

### 3.5. ENVELHECIMENTO: VOZ POLÍTICA NA MILITÂNCIA POR DIREITOS

No decorrer dos séculos, o envelhecimento nos possibilitou pensar em várias questões que tencionam a existência humana, nas suas mais variadas relações de poder. Entendendo que o poder não pesa como uma força de dominação, visto que ele,

[...] não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa o corpo social (FOUCAULT, 2006, p. 8).

O envelhecimento atravessa o corpo social. No século XIX, período da Revolução Industrial, a sociedade ocidental se caracterizaria por seu funcionamento disciplinar, de maneira que os indivíduos seriam examinados, enquadrados e adaptados por certo regime de verdade, que enfatizava a importância de tornar útil e dócil qualquer proposta que questionasse a ordem de discurso vigente (EIZIRIK, 2002). Nesse período industrial, homens, e posteriormente mulheres, deixavam seus lares para trabalhar. O tempo passou a constituir e reger a vida das pessoas, que realizam uma gama de práticas, experimentando, vivenciando e convivendo com as particularidades e especificidades do viver humano. Em tese as pessoas nascem, crescem se tornam adultas, envelhecem e morrem (EIZIRIK; KAPCZINSKI & BASSOLS, 2001).

Por sua vez, a sociedade dita como pós-moderna suscita a idéia de que o tempo já não é mais o limite nas relações entre os indivíduos. Há um controle sobre a vida das pessoas por meio do *biopoder*, que o exerce justamente não mais sobre as práticas e vivências dos indivíduos, mas da população, diferentemente da sociedade disciplinar que tinha a finalidade de tornar úteis os indivíduos conforme os ditames culturais vigentes.

[...] As individualidades e coletividades são construídas e desconstruídas, segundo regiões, idades, estilos de vida, e o que é perigoso se identifica por meio do cálculo de morbidade provável. Os saberes especializados na prevenção dos riscos de morrer e de adoecer ganham proeminência na sociedade. Os médicos e demais profissionais da saúde tornam-se, na atualidade, os novos sacerdotes que se encarregam da direção da vida de todos e de cada um, responsabilizando-os pelos males que os acometem, e disponibilizam seus saberes e serviços para o governo das populações, em seus mínimos detalhes (TÓTORA, 2008, P. 30).

O ser humano é o único ser dentre todos os seres vivos capaz de problematizar questões a respeito da sua mortalidade.

Ser imortal é coisa comum. Com exceção do homem, todas as criaturas são imortais, pois ignoram a morte. O que é divino, incompreensível, é saber que se é imortal. [...] Tudo, dentre os mortais, tem o valor do irrecuperável e do perigoso. Dentre os Imortais, de outro lado, todo ato (e todo pensamento) é o eco de outros que o precederam no passado, sem nenhum início visível, ou o constante presságio de outros que, no futuro, o repetirão a um grau vertiginoso. [...] Nada pode acontecer apenas uma vez, nada é preciosamente precário (BAUMAN, 1998, p.191).

Segundo Arendt (2007) a condição humana é constituída pelo labor, o trabalho e a ação. O labor trata da atividade biológica do corpo humano, dos processos de maturação, crescimento espontâneo, metabolismo. Sendo condição do labor a vida da pessoa.

Relacionado ao artificialismo da existência humana, o trabalho não está nitidamente vinculado ao processo do labor, que aborda as questões da existência humana a partir de um viés naturalizado. Já o trabalho,

[...] produz um mundo 'artificial' de coisas, nitidamente diferente de qualquer ambiente natural. Dentro de suas fronteiras habita cada vida individual, embora esse mundo se destine a sobreviver e a transcender todas as vidas individuais (ARENDDT, 2007, P. 15).

Por fim ação é a única atividade em que os homens se relacionam diretamente entre si, sem necessariamente utilizar coisas ou objetos, constituindo uma pluralidade, pois nestas relações, o homem passa a ser visto como individual, singular, composto de singularidades e especificidades, ao invés de uma espécie categorizada e preconcebida em uma cadeia animal. Nestas micro-relações, as pessoas passaram a avaliar e pensar de maneira mais detalhada sobre as suas existências. Mas onde entra o envelhecimento ao entorno de todos esses questionamentos?

O envelhecimento humano entra em cena justamente neste âmbito das pessoas realizarem uma análise e leitura do quanto e o que fizeram ao longo e suas vidas, visto a sua proximidade com o fim da vida, com a iminência da morte. No século XX, a figura do idoso estava muito associada ao recato, comedimento, a sobriedade, a sabedoria, a experiência de vida. A partir do momento em que a geriatria e a gerontologia tivessem um cuidado na produção de conhecimento científico a cerca do processo de envelhecer, detendo-se não especificamente somente com a saúde do idoso, mas com sua condição de vida, enquanto sujeitos de direitos e deveres, passando esta etapa da vida ser vista enquanto produtiva, dinâmica, constante, visto que a expectativa de vida entre as pessoas, e principalmente as idosas aumentou consideravelmente. As pessoas idosas que antes estavam segregadas, isoladas do convívio com as demais faixas etárias, gradativamente passaram a ocupar os espaços em nossa sociedade. Práticas clientelistas, patrimonialistas, foram aos poucos cedendo espaço para propostas não tanto conservadoras, autoritárias, aprisionadoras (CORREA, 2009).

Esse olhar criterioso e critico a respeito do envelhecer possibilitou e ainda permite desmistificar e desacomodar o lugar que este ocupou durante muitos anos como algo estático, doentio, receoso, pensamento este mobilizado pelos ideais capitalistas, da mais valia, onde para render precisa estar saudável, em plena forma. Isto se deve por uma série de fatores,

destacando a mudança de paradigma cultural, impulsionada, pelo fato de que a expectativa de vida está aumentando, além do fato de que as pessoas estão buscando maneiras alternativas de regerem suas vidas, principalmente no momento em que os filhos já alcançaram sua autonomia, não moram mais com os pais, quando chega o momento da aposentadoria, e quando o corpo começa a se exaurir diante de uma atividade considerada simplória ou rotineira comparada há alguns anos atrás.

Na busca de desmistificar a imagem do idoso, opta-se em falar do idoso enquanto multiplicidade. Nessa perspectiva, adota-se essas convenções cronológicas como referências sociais e não como estereótipos, pois encontramos diversidades culturais, sociais, econômicas e individuais. Um outro aspecto muito importante é estar atento a amostragem das pesquisas realizadas a respeito do idoso que, muitas vezes, são generalizadas para toda população. É importante ter claro essa multiplicidade, pois há diferenciais quando falamos em idosos institucionalizados, o idoso no meio rural, o idoso aposentado/inativo, o idoso no mercado de trabalho informal, enfim, nas generalizações dos resultados, pode ocorrer algum viés, gerando muitas distorções e ideias pessimistas. (SILVA, 1998, P. 17).

Na busca por cidadania, por direitos iguais, equânimes, por respeito frente a nossa sociedade atual, os idosos estão cada vez mais ocupando os espaços, desafiando estatísticas, normas e regras, de maneira que a expectativa de vida vem aumentando consideravelmente não somente no mundo, como especialmente no Brasil, tendo em vista que as mudanças sociais e culturais que modificaram os hábitos das pessoas com relação ao cuidado com a saúde, bem-estar social, a cidadania e com a convivência e autonomia comunitária (MIRANDA; BANHATO, 2008). Em sua apresentação, no dia 14 de janeiro de 1976, no Collège de France, sobre a *Soberania e a Disciplina*, Michel Foucault debateu justamente a diferença entre:

[...] os mecanismos existentes entre dois pontos de referência, dois limites: por um lado, as regras do direito que delimitam formalmente o poder e, por outro os efeitos de verdade que este poder produz, transmite e que por sua vez reproduzem-no. Um triângulo, portanto: poder, direito e verdade. (FOUCAULT, 2006, P. 179).

Em nossa sociedade, o poder, o direito e a verdade atravessam todo o campo social, produzindo e regendo as relações de poder e as verdades discursivas, de maneira que há uma considerável diferença de instâncias que se assimilam, estabelecem relações de interdependência e de fragmentação, criando categorias, departamentos, classes.

Assim, há discursos com relação ao envelhecimento baseados em regras, normas, saberes, de maneira que há em nossa sociedade práticas que são amparadas pelas leis, isto é, o

permitido, o aceitável, envolvendo questões *macropolíticas*. Por sua vez, as pessoas nas suas relações cotidianas, ínfimas, locais, fazem destas leis, regras um parâmetro para viverem, mas não uma constância. Porém, a verdade, faz uma ligação entre a regra e o parâmetro com o possível, considerando que as relações são instáveis, não lineares, *a-históricas*, *agonísticas*, têm sua origem a partir da falta de um sentido, mas diante uma disputa, uma discussão. Faz-se este raciocínio para o processo discursivo a respeito do envelhecimento e suas especificidades e multiplicidades nos seus vários atravessamentos, pois:

O discurso designa, [...] um conjunto de enunciados que podem pertencer a campos diferentes, mas que obedecem, apesar de tudo, a regras de funcionamento comuns. Essas regras não são somente lingüísticas ou formais, mas reproduzem um certo número de cisões historicamente determinadas. (REVEL, 2005, P. 37).

Muito sangue foi derramado, disputas aconteceram para que se problematizasse e potencializasse novas formas e maneiras de se pensar o envelhecimento humano, a começar o seu tratamento, seu cuidado. Por maiores que sejam os avanços no sentido de que esta população seja autônoma, com seus direitos preservados, capazes de fazer suas próprias escolhas e viverem livres de preconceitos e práticas segregacionistas, muitas práticas abusivas, existentes ao movimento anterior da busca pelos direitos da pessoa idosa, ainda se fazem presentes em nossa cultura, dificultando consideravelmente no encorajamento para se viver com alegria, saúde, liberdade, aplacando em carência, dor, tristeza e solidão. (TÓTORA, 2008).

A partir dessas trajetórias, outras possibilidades de ser idoso e envelhecer foram se fazendo presentes, permitindo a criação de espaços de convivência de acordo com seus interesses, capacidades, características, identidades, tanto nas redes sociais quanto políticas públicas, fazendo da estratégia da oficina de fotografia um importante meio de construir laços, reforçar identidades, trocar experiências de vida, produzir novos saberes, trilhar caminhos antes não percorridos, com coragem, com espiritualidade e com a alegria de que não se estão sozinhos. Esse é o papel da cartografia.

Nas ciências humanas, a cartografia diz respeito, basicamente, ao mapeamento de signos, rastreando suas formações, contornos de regiões de produção de sentido, tensões que divisam e instauram discursos, estratégias de enunciação e toda significação que recorta tempo e um lugar. Assim, ela acompanha as modulações que dão formas significativas às relações e afetos entre os homens (ROLNIK, 1989 *apud* CORREA, 2009, P. 35).

### 3.6. FOTOGRAFIA: OLHARES DE UM FOCO

A oficina de fotografia é uma das maneiras de aproximar os participantes do grupo de idosos a realidade da comunidade onde vivem, de maneira que as subjetividades, características peculiares dos participantes, suas famílias, comunidades, enfim, demais ambientes ajudam a ilustrar e a recompor a trajetória de vida de cada indivíduo: suas alegrias, tristezas, dificuldades, superações, etc.

A fotografia é dispositivo. Olhar para o mesmo com o olhar da diferença. Capturar o que se olha, cortar o tempo. Prolongar o tempo entre o que se olha e o que se deseja cortar. Olhar para a cidade com o olhar vulnerável e então produzir e desejar uma relação com a cidade. Não apenas com a cidade, mas também com todas as instituições fabricadas no registro social: a família, o corpo, a moda, a adolescência, a igreja, a periferia, o casamento, o lazer, a escola, e até mesmo a arte. Produzir outros olhares em torno das experiências dos sujeitos para que se impliquem nestes contextos e relações e permitam a construção de significações que circulem, estranhem, aproximem e afastem sentidos. (GUARESCHI, 2008, P. 51).

A fotografia permite ao grupo de idosos fazer essa articulação entre o presente, o passado e o futuro, visto que estes tempos se configuram de uma maneira incerta, se confundem com tantos outros: o da cidade, que influencia suas formas de ser, viver, modela seus hábitos, desde o local onde compram a mercadoria para fazer o almoço, quanto o local onde participaram do primeiro baile; discontinuidades de muitas histórias que foram contadas num silêncio imaginativo, ou até mesmo na voz de outras pessoas: amigos, familiares, vizinhos, e demais pessoas que indiretamente acabam influenciando o pensamento destes idosos.

O corpo envelheceu, mas as idéias persistem através das imagens estratificadas pelas lentes das câmeras, numa exata fração de segundo, local, movimento, olhar. A fotografia proporciona aos idosos representarem o olhar que estes possuem a cerca do mundo que os circunda, viajando e rompendo as barreiras do tempo, dos significados, pois em cada flash está depositada uma variedade de sentimentos, de ambições, projetos de vida, a propósito de trocas e de mudanças diante do mundo paralelo da imagem. (WELLER; BASSALO, 2011).

Se toda foto é um registro de algo ou alguém em determinado tempo e lugar, toda foto traz em si uma trajetória única. Toda foto está marcada por uma intenção de ação, seja ela oriunda do próprio fotógrafo, ou demandada por outros, e, após sua materialização, revelada ou impressa, é também marcada pelos sentimentos que

provocou, as memórias que fez emergir, os lugares que ocupou. Na foto, o tempo é atemporal, pois tornado foto o instante recortado, marcado, registrado, pode ser visto em outros tempos, com outros olhos e olhares. (WELLER; BASSALO, 2011, P. 298).

A proposta de Lynch (1997) permite ao grupo enquanto tal realizar um mapeamento da comunidade onde vivem, frequentam, enfim estabelecem suas relações. Nesta abordagem, a cidade é vista de uma maneira dinâmica, com suas ramificações, contrastes, limites geográficos e afetivos. Além de ser uma atividade lúdica, a fotografia se torna importante para que os idosos reconstruam, reinventem, relembrem através do passado, tornando explícito no presente e projetando no futuro não tão distante da importância que a comunidade onde vivem tem em suas vidas.

## 4. METODOLOGIA

### 4.1. TIPO DE ESTUDO

Trata-se de uma pesquisa com desenho exploratório, em que será utilizada abordagem qualitativa de pesquisa, através de um trabalho de resgate das memórias e trajetórias de vida dos participantes através do uso do recurso fotográfico e de imagem e som.

### 4.2. LOCAL DO ESTUDO

A pesquisa será desenvolvida no CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, pois oferece um serviço de convivência (grupo) de qualidade há um tempo considerável na cidade de Porto Alegre atendendo uma quantidade significativa de pessoas idosas (60 anos ou mais).

Situado na Zona Sul de Porto Alegre, o CRAS é composto por uma equipe técnica composta por 4 pessoas de curso superior, sendo um coordenador concursado com formação em psicologia, um assistente social, um psicólogo (contratados), três estagiários do curso de Serviço Social responsáveis pelo do CAD-Único, dois vigilantes e um auxiliar de serviços gerais (terceirizados), 1 digitador do CAD-Único (ensino médio), 5 auxiliares administrativos, 1 coordenador de SASE com formação superior, 4 oficineiros do SASE, 3 cozinheiras do SASE, 3 auxiliares de serviços gerais, 2 guardas, 1 motorista, 1 supervisor, 1 articulador regional, 1 coordenadora do PROJOVEM, 2 referencias do PROJOVEM.

Sua sede, em alvenaria, comporta duas salas de atendimento, sala do administrativo, um salão multiuso, dois banheiros coletivos, duas cozinhas, uma recepção, uma sala da equipe (PAIF, uma sala do CAD-Único, dois banheiros, de uso da equipe do CAD-Único e o outro dos demais membros da equipe, 4 salas de uso do SASE, e uma sala de uso do PROJOVEM.



### 4.3. AMOSTRAGEM

Será constituída por idosos, isto é, pessoas a partir dos 60 anos de idade participantes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (Grupos em Grupo) no CRAS. Estarão abertas 30 inscrições para realização da atividade proposta, e deste total, 15 idosos serão selecionados de forma intencional (não aleatória), e 15 irão compor cadastro reserva.

Inicialmente, a seleção levará em conta a capacidade de deslocamento do idoso para comparecer aos encontros temáticos (capacidade física – consegue locomover-se ou tem um responsável que o leve até o local, e capacidade financeira – consegue arcar com os custos de deslocamento). Posteriormente, a seleção levará em conta os interesses dos participantes na atividade, identificações com a proposta de trabalho, de relatar e resgatar historicamente suas trajetórias de vida, e que tenham a disponibilidade e comprometimento em se fazer presente nos encontros, considerando os diversos compromissos e necessidades que os idosos têm em suas vidas e meios sócio-familiares (demandas de saúde, de segurança, de fome, dentre outras). Importante destacar que destes participantes predomina a presença feminina, portanto os homens presentes que desejarem participar da atividade serão incluídos automaticamente.

O pesquisador tentará manter o grupo original selecionado para os encontros. Os idosos que faltarem consecutivamente aos dois primeiros encontros serão substituídos na pesquisa e idosos que faltarem no decorrer das atividades não serão substituídos. A justificativa para esses critérios de substituição ou não substituição se dá, pela necessidade de formar vínculos no grupo para a realização da atividade proposta.

### 4.4 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

Os dados serão coletados por meio de observação participante e gravação (filmagem) das trajetórias de vida, com base na metodologia proposta (encontros temáticos). Para a apresentação das trajetórias de vida, não serão utilizados instrumentos específicos como guia, uma vez que um dos propósitos da atividade é que o participante fale livremente sobre sua trajetória, a partir da fotografia, dentro da temática do encontro.

#### 4.5. TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, a análise dos dados ocorrerá por meio de observações participantes sobre os idosos, registros em caderno de campo, e avaliação das falas e expressão corporal a partir das imagens produzidas.

#### 4.6. ASPECTOS ÉTICOS

O projeto foi elaborado em conformidade com a Resolução n° 196/96, do Conselho Nacional de Saúde, e, portanto prevê aprovação em Comitê de Ética em Pesquisa, autorização institucional e uso de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE A).

#### 4.7. PLANEJAMENTO OPERACIONAL

Os idosos serão informados sobre os princípios éticos e metodológicos da pesquisa (APÊNDICE A) assinando TCLE, e posteriormente serão inscritos mediante ficha de inscrição (APÊNDICE B).

Feito isso, participarão de encontros temáticos, com a duração aproximada de 2 horas e 30 minutos, tendo individualmente o espaço de 10 minutos para exposição de fotos e apresentação oral da trajetória (de forma livre) obedecendo ao seguinte cronograma:

**1º Encontro:** A fotografia na trajetória de vida; **2º Encontro:** Ser criança é ter infância?; **3º Encontro:** Alfabetização x trabalho; **4º Encontro:** Os Amores e seus reflexos; **5º Encontro:** A convivência com a comunidade; **6º Encontro:** Família (a vida adulta e do labor); **7º Encontro:** O envelhecimento e qualidade de vida; **8º Encontro:** A importância dos espaços coletivos.

Os encontros serão registrados com uma câmera de vídeo a fins de produção de material de análise da pesquisa e futuro documentário. Em cada encontro, o participante deverá

escolher fotos que estejam vinculadas ao tema definido. Estas constituirão um acervo e serão expostas em eventos e outros espaços que tenham alguma ligação com a temática da memória e trajetória de vida dos idosos em grupos de convivência.

As filmagens dos relatos produzidos farão parte de um documentário para sensibilizar e dar voz a esta população, sendo apresentado posteriormente no grupo participante, para que eles possam ter um registro material deste momento único em suas vidas, servindo como meio de compartilhar suas falas, experiências, memórias e sentimentos, com outros idosos de outros espaços de convivência, bem como para o governo, suas comunidades, organizações não-governamentais, meios de comunicação, e demais locais que tenham interesse e afinidade em discutir e refletir sobre o envelhecimento e suas especificidades com qualidade de vida e cidadania.

O profissional técnico responsável pela mediação do SCFV para Idosos que atua no CRAS será informado sobre a realização desta intervenção e que está não pretende interferir nas rotinas assistenciais do serviço. Os resultados serão divulgados na FASC e em eventos científicos da área da Assistência Social.

#### 4.8. CRONOGRAMA

Quadro 1: CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DA PESQUISA POR MÊS, PARA O ANO DE 2013.

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
<i>Contatos Iniciais</i>											
<i>Aprovação pelas autoridades competentes e Comitê de Ética em Pesquisa</i>											
<i>Revisão da literatura</i>											
					<i>Intervenção</i>						
									<i>Análise de dados</i>		
										<i>Relatório Final</i>	

## 4.9. ORÇAMENTO

Quadro 2: PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA DA PESQUISA.

<b>Descrição Geral</b>	<b>Descrição específica</b>	<b>Valor total</b>
Materiais de escritório: canetas, lápis, clips, apontador e borracha		R\$ 100,00
Deslocamento do pesquisador	16 vezes (referente aos encontros temáticos)	R\$ 50,00
Custos com gravação em vídeo	Pagamento de recursos humanos e CDs de gravação	R\$ 1000,00
Transcrições	Pagamento de recursos humanos para transcrição de 2h30 de cada encontro	R\$ 1840,00
Total		R\$ 2990,00

Os demais materiais/equipamentos utilizados para realização do projeto de uso pessoal do autor do projeto, não computados no quadro acima são os seguintes: uso de computador com acesso à internet, pendrive e uso do software para edição de fotografia, imagens e som. Todos os materiais utilizados para a realização desta pesquisa serão custeados pelo autor.

Os custos com deslocamento dos participantes não foram incluídos no orçamento, já que, umas das condições para participação no grupo é a capacidade de deslocamento (física e financeira – detalhadas na seção de amostragem) até o local onde serão realizados os encontros temáticos da pesquisa.

## REFERENCIAS

ANDRADE, L. F.; ROMAGNOLIS, R. C. **O Psicólogo no CRAS: uma cartografia dos territórios subjetivos**. Revista Psicologia Ciência e Profissão. Vol. 30, n.º 3. Brasília, set. de 2010. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932010000300012&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000300012&lng=pt&nrm=iso)> Acesso em: 14 de janeiro de 2012.

ARENDT, H. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BAUMAN, Z. **O mal estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BEDIN, G. A. **Os direitos do homem e o neoliberalismo**. 2. ed. rev. e ampl. Ijuí/RS: Ed. Unijuí, 2000.

BIRMAN, J. **Mal-Estar na Atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

BRASIL. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Resolução n.º 109, de 11 de novembro de 2009. Brasília-DF, 2009.

\_\_\_\_\_. **Serviços para idosos**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília-DF, 2009. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/psb-protecao-especial-basica/scfv-servicos-de-convivencia-e-fortalecimento-de-vinculos/servicos-para-idosos>> Acesso em: 12 de janeiro de 2012.

\_\_\_\_\_. **Configurando os eixos de mudança**. In: Capacita SUAS vol. 1: Configurando os Eixos de Mudança. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Universidade Católica de São Paulo, Brasília-DF, 2008.

\_\_\_\_\_. **Planos de Assistência Social: diretrizes para elaboração**. Capacita SUAS, Vol. 3. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Universidade Católica de São Paulo, Brasília-DF, 2008.

\_\_\_\_\_. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos - NOB/SUAS/RH**, Resolução n.º 1, de 25 de janeiro de 2007. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. Brasília-DF, 2007. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/publicacoes-para-impressao-em-grafica/norma>>

[operacional-basica-de-recursos-humanos-do-suas-nob-rh-suas](#)> Acesso em: 15 de jan. de 2012.

\_\_\_\_\_. **CRAS, um lugar de histórias.** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Assistência Social. Ano 1, n. 1, Brasília-DF, 2007.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional da Assistência Social.** Resolução n.º 145, de 15 de outubro de 2004. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília-DF, 2004.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília-DF, 1998. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm)> Acesso em: 22 de janeiro de 2012.

\_\_\_\_\_. **Lei Orgânica da Assistência Social.** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília-DF, 1993.

CORREA, M. R. **Cartografias do envelhecimento na contemporaneidade: velhice e terceira idade.** São Paulo: Cultura acadêmica, 2009.

COSTA, A. F. S. & CARDOSO, C. L. **Inserção do Psicólogo em Centros de Referência de Assistência Social – CRAS.** Revista Interinstitucional de Psicologia: Universidade Federal de Belo Horizonte, Minas Gerais, 2010. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/gerais/index.php/gerais/article/viewDownloadInterstitial/115/122> Acesso em: 14 de dezembro de 2011.

EIZIRIK, M. **Michel Foucault: um pensador do presente.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

EIZIRIK, C. L.; KAPCZINSKI, F. P.; BASSOLS, A. M. S. (Orgs.). **O ciclo da vida humana: uma perspectiva psicodinâmica.** Porto Alegre: Artmed, 2001.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber.** 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do Poder.** 22ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 2006.

GUARESCHI, N. M. F. **Olhar vidas: a fotografia em uma pesquisa-intervenção.** Porto Alegre: Zouk, 2008.

JOVCHELOVITCH, S. **Os Contextos do Saber: representações, comunidade e cultura.** Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.

LEVY, P. *Cibercultura.* São Paulo: Ed. 34, 1999.

LYNCH, K. **A imagem da cidade.** São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MENDES, J. M. R.; PRATES, J. C. & AGUINSKY, B. G. **O sistema único de assistência social: entre a fundamentação e o desafio da implantação.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

MIRANDA, L. C; BANHATO, E. F. C. . Rev. Psicologia em Pesquisa, Juiz de Fora-MG, vol. 2, n. 1, p. 69-80, jan/jun. 2008.

MORIN, E. **A Cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento.** 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

OLIVEIRA, I. M. *Política Social, Assistência Social E Cidadania: algumas aproximações acerca do seu significado na realidade brasileira.* Revista Desafios Sociais. Revista do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Ano I, Nº 2, Natal-RN: Editora da UFRN, 2003. Disponível em <[http://www.cpihts.com/2003\\_10\\_19/Iris%20Oliveira.htm](http://www.cpihts.com/2003_10_19/Iris%20Oliveira.htm)> Acesso em: 14 de dezembro de 2011.

PORTO ALEGRE, Prefeitura Municipal de. **Implantação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS:** Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Projeto técnico aprovado na Plenária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, Porto Alegre, 17 de maio de 2010.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar n.º 352: Dispõe sobre a política de assistência social no Município de Porto Alegre e dá outras providências.** Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Conselho Municipal da Assistência Social, 1995. Disponível em [http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/fasc/usu\\_doc/lei\\_complementar\\_352.pdf](http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/fasc/usu_doc/lei_complementar_352.pdf) Acesso em: 18 de janeiro de 2012.

REVEL, J. **Michel Foucault: conceitos essenciais.** São Carlos-SP: Claraluz, 2005.

RUBBO, D. I. A. **Um click nos movimentos sociais no Brasil contemporâneo: mobilizações, redes e intersecções.** In: Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo. Petrópolis: Vozes, 2010. 190 p. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-49792011000200014&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792011000200014&lang=pt)> Acesso em: 14 de fevereiro de 2012.

SABOYA, K. (2010). **Kevin Lynch e a imagem da cidade.** Revista Urbanidades. Cidade. Disponível em: <http://urbanidades.arq.br/2008/03/kevin-lynch-e-a-imagem-da-cidade> Acesso em: 14 de outubro de 2010.

SILVA, R. **Ideologia de Estado e Autoritarismo no Brasil.** Disponível em <<http://www.sociologia.ufsc.br/cadernos/Cadernos%20PPGSP%2026.pdf>> Acesso em: 18 de fevereiro de 2012.

SILVA, J. C. **Terceira Idade e Cidadania. In: Velhice, que idade é essa?: uma construção psicossocial do envelhecimento.** Porto Alegre: Síntese, 1998.

TÓTORA, S. **A vida nas dobras...as dobras da velhice.** Revista A Terceira Idade: estudos sobre envelhecimento. v. 19, n. 43, São Paulo, 2008.

VICTÓRIA, C. G.; KNAUTH, D. P.; HASSEN, M. N. A. **Pesquisa Qualitativa em Saúde: uma introdução ao tema.** Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

WELLER, W; BASSALO, L. M. B. **Imagens: documentos de visões de mundo.** Rev. Sociologias, vol. 13, n.º 28, Porto Alegre, set/dez. 2011. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/soc/v13n28/10.pdf>> Acesso em: 04 de janeiro de 2012.

YAZBEK, M. C. **Estado, Políticas Sociais e Implementação do SUAS.** In: Capacita SUAS, vol. 1: Configurando os Eixos de Mudança. Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 2008.



## **APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

### **TÍTULO DA PESQUISA:** Envelhecimento e Fotografia: um estudo de trajetórias.

Essa pesquisa está sendo realizada no CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), entidade vinculada a Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC, da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, mediante a construção de projeto referente ao Curso de Especialização em Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Escola do Grupo Hospitalar Conceição – GHC e a Fundação Oswaldo Cruz.

Você está sendo convidado para participar de uma atividade de pesquisa, em que ocorrerão oito encontros temáticos, com duração máxima de 2 horas e 30 minutos, e em cada encontro você poderá falar sobre determinada época de sua vida. É importante que você escolha e traga fotos que achar interessantes ao tema do encontro. Estas fotos farão parte da dinâmica da pesquisa e depois servirão para acervo. Os encontros serão filmados para fins de análise e de documentário.

Espera-se que as pessoas que tiverem acesso ao material produzido possam refletir a importância que a pessoa idosa tem em nossa sociedade, incentivando outras propostas de ação como essa em que você irá participar, que pode ter um papel importante em promover o envelhecimento com saúde.

Seu nome não será mencionado em nenhum momento na análise dos dados da pesquisa. O material da pesquisa será arquivado, em local seguro por cinco anos, após esse prazo deverá ser destruído.

Você não será obrigado a responder qualquer pergunta, tendo o direito de deixar de participar no momento que desejar, desconsiderando este termo. O único custo de sua participação será o deslocamento para participação nos encontros. Sua participação neste estudo não influenciará seu atendimento no grupo em que você já faz parte. Assinando esse documento, uma via será entregue a você e a outra será arquivada.

No caso de dúvidas, poderá entrar em contato com os pesquisadores – Felipe Viana Cardinal e Luciana Barcellos Teixeira, pelos telefones: 33572209, 33572278 ou 33572029. Sobre as questões éticas do estudo, fale com o Sr. Daniel Demétrio Faustino da Silva, Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa do GHC, no telefone 33572407.

**Declaração de consentimento:**

Conforme as informações acima, aceito participar deste estudo. Não tenho dúvidas sobre a finalidade, os métodos, riscos e benefícios que o mesmo pode oferecer.

**Participante**

---

**Nome por extenso,****Assinatura****Data****Pesquisador**

---

**Nome por extenso,****Assinatura****Data**

**APÊNDICE B**  
**FICHA DE INSCRIÇÃO**

**Nome:** \_\_\_\_\_

**Sexo:** F ( ) M ( )

**Situação conjugal:**

**Nascimento:**...../...../.....

**Número do RG:** \_\_\_\_\_

**Endereço:** \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

**Telefone:**

**Pessoas com quem mora no domicílio:**